Depto. de Compras e Licitações

EDITAL Nº. 012/2025

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2025 REQUISITANTE: SECRETARIA DE SAÚDE PREÂMBULO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AS SUBSTITUIÇÕES E REPAROS NO MUNICÍPIO DE VARGEM/SP.

ABERTURA: 11 DE MARÇO DE 2025 ÀS 09:00.

A Prefeitura do Município de Vargem/SP, CNPJ 67.160.507/0001-83, com sede na Rua Geraldino de Oliveira, nº 236, Centro, Vargem, Estado de São Paulo, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que objetiva o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para manutenção de iluminação pública, com instalação e fornecimento de materiais para as substituições e reparos no Município de Vargem/SP.

A presente licitação é do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, no MODO ABERTO e será processada na conformidade do disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, no Decreto Municipal 2.370 de 19 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 123/06 e Lei Complementar nº 147/14 e nas condições estabelecidas neste edital e nos seguintes anexos que o integram:

Anexo I - Relação de itens e Termo de Referência;

Anexo II - Minuta de Proposta de Preço;

Anexo III - Minuta de Habilitação Prévia e de Não Ocorrência de Fatos Impeditivos;

Anexo IV - Minuta de Credenciamento;

Anexo V - Termo de Comprometimento - Lei 123/06;

Anexo VI - Minuta de Declaração do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

Anexo VII – Declaração de Inexistência de Servidor Público nos quadros da empresa;

Anexo VIII - Minuta De Declaração de Dados do Responsável pela Assinatura de ARP/Contrato;

Anexo IX - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo X - Minuta do Contrato;

Anexo XI - Termo de Ciência e Notificação;

Anexo XII – Matriz de Risco;

Anexo XIII - Propostas Econômicas Compreendem a Integralidade dos Custos

A sessão do Pregão será realizada na sala de reuniões da Prefeitura do Município de Vargem, situada na Rua Geraldino de Oliveira, nº 236, Bairro Centro, nesta cidade de Vargem, Estado de São Paulo, às **09:00** horas do dia **11/03/2025**, data esta limite para entrega dos envelopes contendo a

Depto. de Compras e Licitações

Documentação e Proposta, podendo estas serem entregues previamente no Setor de Licitações, neste mesmo endereço, no seguinte horário: das 08h00 às 16h00.

#### I - DO OBJETO

**1.1** O Objeto da Presente Licitação é o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para manutenção de iluminação pública, com instalação e fornecimento de materiais para as substituições e reparos no Município de Vargem/SP.

#### II – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- **2.1.**Cópia deste Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura do Município de Vargem e permanecerá afixada no quadro de avisos desta Prefeitura, ou, ainda, poderá ser obtida no setor de licitação, no horário compreendido entre às 08h00 às 16h00, ou ainda poderão ser obtidos on-line no site da Prefeitura do Município de Vargem/SP sendo www.vargem.sp.gov.br.
- **2.2.**As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário Oficial do Município e site <a href="https://www.vargem.sp.gov.br">www.vargem.sp.gov.br</a>, com vista a possíveis alterações e avisos.
- **2.3.**Impugnações aos termos do presente Edital poderão ser interpostas por qualquer cidadão, protocolizadas na sede da Prefeitura do Município de Vargem/SP, sito à Rua Geraldino de Oliveira, nº 236, Bairro Centro, nesta cidade de Vargem, Estado de São Paulo, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- **2.4.**Não será aceito pedido de impugnação ao Edital via postal ou fax, sendo que os interessados em impugnar o Edital, deverão fazê-lo somente na sede da Prefeitura do Município de Vargem/SP ou através do e-mail compras@vargem.sp.gov.br, dentro do prazo disposto no item 2.3 deste Edital.
- **2.5.** A decisão será enviada ao impugnante via e-mail, e será divulgada para todos os interessados.
- **2.6.**Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, dando conhecimento aos interessados.

#### III - DO REGISTRO DE PREÇOS

**3.1.**As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

#### IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- **4.1.**Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas legalmente constituídas e autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste edital;
- **4.2.**Os itens constantes do Anexo I deste edital, serão destinados à ampla concorrência, podendo participar todas e quaisquer empresas, inclusive as que estejam enquadradas como Micro Empreendedor Individual (MEI), Microempresas (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) Cooperativas e Consórcios, observando-se, no caso das cooperativas e consórcios, as regras do artigo 15 da Lei nº 14.133/21.
- **4.3.** Nos termos do art. 49 da Lei Complementar nº 123/06, não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 da referida lei quando não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.



Depto. de Compras e Licitações

- **4.3.1** No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, o tratamento diferenciado dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06 não será aplicado ao item ou lote cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- **4.3.2.** A obtenção dos benefícios a que se referem os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da presente licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- **4.4.**É vedada a participação de empresas:
  - **4.4.1.** declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- **4.4.2.** sob falência, concordata, insolvência civil ou recuperações judiciais e extrajudiciais, exceto no caso de apresentação da Certidão prevista no item 8.8.3, deste Edital;
- **4.4.3.** impedidas de licitar e contratar com a Administração e quaisquer de seusórgãos descentralizados;
- **4.4.4.** enquadradas nas disposições do artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações;
- **4.4.5.** Suspensas, temporariamente, de participação em licitação e impedidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 14, da Lei nº 14.133.21;
- **4.4.6.** De servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do art. 9°, da Lei n° 14.133/2021;
- **4.4.7.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- **4.4.8.** Em processo de recuperação, caso não seja demonstrada, na fase habilitação, a sua viabilidade econômica;
- **4.4.9.** Empresas estrangeiras de acordo com a Lei Federal nº 7.102/1983;
- **4.4.10.** É vedada a participação direta ou indireta nas licitações para obras e serviços de engenharia:
- a) Pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o Anteprojeto ou o Termo de Referência da licitação;
- b) pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do Anteprojeto ou do Termo de Referência da licitação;
- c) pessoa jurídica da qual o autor do Anteprojeto ou do Termo de Referência da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.
- d) É permitida a participação das pessoas jurídicas e da pessoa física de que tratam as alíneas "a" e "b" acima em licitação ou em execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento conforme lei 14.133/2021. Considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.
- **4.5.** Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da licitação e do local onde serão executados os serviços, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato.
- **4.6.** Quando da participação de microempresas e empresas de pequeno porte serão adotados os critérios



Depto. de Compras e Licitações

estabelecidos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/06, regulamentados pelo Decreto Municipal 2.370 de 19 de janeiro de 2024, e, ainda, deverão apresentar, em separado, no ato da entrega dos envelopes exigidos na presente licitação.

- **4.7.**Comprovante de inscrição e de situação cadastral da pessoa jurídica no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ e Declaração, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, bem como de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.
- **4.8.** A declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da licitante.
- **4.8.1.** Em caso de dúvida, a Comissão poderá, a seu critério, solicitar a apresentação das notas de faturamento dos últimos meses, para a comprovação do disposto e para aferição do atendimento aos §§ 9º e 10 da Lei Complementarnº 123/06.
- **4.8.2.** Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado, a Comissão poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (<a href="www.portaldatransparencia.gov.br">www.portaldatransparencia.gov.br</a>) seção "despesas gastos diretos do governo Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)", para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP/COOP, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II da Lei Complementar nº 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, §2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.
- **4.8.3.** Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12 da Lei Complementar nº 123/2006.
- **4.8.4.** Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, a Comissão indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conformeartigo 3º, §§9º, 9º-A, 10 e 12 da Lei Complementar nº 123/06, sem prejuízo das demais penalidades incidentes.
- **4.8.5.** A falsidade da declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar 123/06, poderá caracterizaro crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízodo enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, medianteo devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- **4.8.6.** Todos os participantes deverão apresentar, em separado, no ato da entrega dos envelopes exigidos na presente licitação DECLARAÇÃO DA LICITANTE QUE ATENDE AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO.

#### **V - DO CREDENCIAMENTO**

**5.1.**Os interessados deverão fazer seu credenciamento, na sessão pública de instalação do pregão, comprovando possuir poderes para formular propostas e para a prática de todos os demais atos do



Depto. de Compras e Licitações

certame, apresentando os seguintes documentos em cópias devidamente autenticadas, fora do envelope:

- **5.2.**Tratando-se de representante legal, o ato constitutivo, devidamente registrado termo inicial e última alteração, ou instrumento consolidado bem como ata de eleição, se o caso, também devidamente registrada, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- **5.3.**Tratando-se de procurador ou credenciado, a procuração ou o credenciamento deverão conter poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor e desistir de recursos, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem 5.2, que comprove os poderes do mandante para a outorga;
- **5.3.1.** Será admitido somente um representante por proponente.
- **5.4.**Em se tratando de licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, assinatura de Termo de Comprometimento, pelo representante legal ou procurador com poderes específicos, de que não se inclui dentre as hipóteses previstas no parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme minuta constante do Anexo V deste edital.
- **5.5.** Além da apresentação do ato constitutivo; procuração ou credenciamento, se necessário; deverão ser apresentados: Declaração de Habilitação Prévia dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de Habilitação, conforme modelo constante do Anexo III deste edital e Termo de Comprometimento, se Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Micro Empreendedor Individual, conforme modelo constante do Anexo V do Edital;
- **5.6.** A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar 123/2006, poderá caracterizar os crimes de que tratam os artigos 297 e 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- **5.7** A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste Pregão, exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.
- **5.8.** O não comparecimento do representante legal da empresa licitante não impedirá que a mesma participe normalmente do certame.

# VI – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **6.1.** A sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública e dirigida por um Pregoeiro e sua equipe de apoio.
- **6.1.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.



Depto. de Compras e Licitações

- **6.1.2.** A Sessão presencial deverá ser gravada em áudio e vídeo conforme disposto no Art. 17 § 2º e § 5º da lei 14.133/2021.
- **6.2.** Aberta a sessão, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados separadamente, em envelopes fechados, com os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM/SP

PREGÃO PRESENCIAL 012/2025

ABERTURA DA SESSÃO DIA 11 DE MARÇO DE 2025, ÀS 09:00 HORAS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ

ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM/SP

PREGÃO PRESENCIAL 012/2025

ABERTURA DA SESSÃO DIA 11 DE MARÇO DE 2025, ÀS 09:00 HORAS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

**CNPJ** 

- **6.3.** Não será aceita a participação de licitante atrasado, a não ser como ouvinte.
- **6.4.** Será considerada atrasada a licitante cujo representante se apresente ao local de realização da sessão pública após a abertura do primeiro envelope de Proposta de Preços.
- **6.5.** Aberto inicialmente os envelopes contendo as Propostas de Preços será feita a sua conferência e posterior rubrica pelos presentes.

#### VII – DA PROPOSTA DE PREÇO

- **7.1.**A Proposta de Preço deverá ser apresentada impressa, em papel timbrado da empresa ou no Modelo Padrão constante do Anexo II deste Edital, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras e entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada em todas as suas páginas pelo sócio da empresa ou representante devidamente qualificado, sob pena de desclassificação.
- **7.2.** Deverão estar consignados na proposta de preços:
- **7.2.1.** Razão social, endereço, CNPJ, telefone, inscrição estadual, e-mail, dados bancários da licitante para efeito de pagamento, na hipótese de sagrar-se vencedora;
- **7.2.2.** A descrição do(s) item(s) ofertado(s), de acordo com a descrição constante do modelo de proposta;



Depto. de Compras e Licitações

- **7.2.3.** Preço total dos serviços, em moeda corrente nacional, apurado à data de sua apresentação, com precisão de duas casas decimais;
- a. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transporte, frete, pedágio, personalização (se houver), tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas ao objeto da presente licitação;
- b. Os preços unitários ofertados deverão se referir exatamente às unidades de medida constantes da carta proposta;
- c. Para as licitantes que fizerem lances, será considerado o último valor ofertado, e a redução alcança todos os valores apresentados na proposta;
- **7.4.** A validade da proposta, que deverá ser, no mínimo, de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura das propostas, podendo ser prorrogado por acordo das partes, incluindo, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transporte, frete, pedágio, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas, ora relacionadas ao fornecimento do obieto da presente licitação;
- 7.5. Prazo das entregas: As entregas deverão ser conforme Anexo I deste Edital;
- **7.6.** Declaração de que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Anexo I (Termo de Referência);
- **7.7.**Declaração de que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;
- **7.8.**Declaração que a empresa não se encontra impedida e/ou suspensa de licitar e contratar com o Município de Vargem/SP, bem como não se encontra inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública (artigo 14, Lei 14.133/2021), bem como se obriga a declarar superveniência de fato impeditivo da habilitação ou redução na sua capacidade financeira que venha a afetar as exigências contidas no edital;
- **7.9.** Informar o nome e qualificação (RG, CPF, e-mail pessoal e cargo na empresa) do representante legal da empresa para assinatura da ARP e do contrato, na hipótese de sagrar-se vencedora;
- **7.10.** Na formulação da proposta, a licitante deverá computar todos os custos relacionados com o fornecimento, incluindo-se taxas referentes ao contrato, impostos, frete, etc., ficando esclarecido que não será admitida qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.
- **7.11.** Os preços cotados deverão ser referidos à data-limite do recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento à vista, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.
- **7.12.** Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.
- **7.13.** Pela execução dos serviços, a Prefeitura efetuará o pagamento ao Fornecedor em até 28 (vinte e oito) dias corridos após o aceite da nota fiscal.
- **7.14.** Não será admitido o encaminhamento de propostas via fax, por meio eletrônico ou similar.
- **7.15.** Após o recebimento dos envelopes, não serão aceitas juntadas ou substituição de quaisquer documentos, nem retificação de preços ou condições.
- **7.16.** O recebimento dos envelopes não conferirá aos proponentes qualquer direito contra o órgão de licitação, observadas as prescrições de legislação específica.
- **7.17** Ao apresentar a proposta, que lhe permitirá participar desta licitação, o licitante, além de todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos, fica ciente de que:
- **7.17.1.** Para o caso de empresas em recuperação judicial: no momento da assinatura da ARP e do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;



Depto. de Compras e Licitações

- **7.17.2.** Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: no momento da assinatura da ARP e do contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;
- **7.18.** O não cumprimento dessas exigências pela licitante vencedora ensejará a aplicação das penalidades previstas no subitem 17.1 deste Edital, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

#### VIII- DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **8.1.**Os Documentos exigidos para Habilitação deverão estar contidos no Envelope 02, na sua forma original, por qualquer processo de cópia autenticado por Cartório competente, ou ainda, autenticados pelo Pregoeiro, quando da abertura do Envelope 02, mediante apresentação e conferência dos originais. Os Documentos de habilitação são os abaixo discriminados:
- **8.2.**No caso de empresas com o Certificado de Registro Cadastral da Prefeitura do Município de Vargem/SP, observando-se que o cadastro deve ter classificação pertinente ao objeto desta licitação, e atender os itens abaixo:
- 8.2.1. O Certificado de Registro Cadastral (CRC), dentro do prazo de validade;
- **8.3.** Declaração de que não possui em seus quadros, servidores ou funcionários da Prefeitura do Município de Vargem/SP, inclusive na condição de sócio ou dirigente, conforme modelo constante do Anexo VII;
- **8.4.** Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, com a apresentação dos dados do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, contendo: Nome; Cargo; CPF; RG; Data de Nascimento; Endereço Residencial Completo; E-mail institucional; E-mail pessoal; e Telefone(s), conforme modelo constante do Anexo VIII;
- **8.5.**Para as microempresas e empresas de pequeno porte que declararam sua condição de enquadramento no credenciamento através da assinatura do Termo de Comprometimento, esta deverá comprovar sua condição de micro ou pequena empresa, mediante apresentação de um dos seguintes documentos:
- a. Se inscrito na Junta Comercial, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial ou equivalente, da sede do Microempreendedor Individual, da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte, podendo o Pregoeiro diligenciar no próprio certame a verificação da veracidade da respectiva Certidão;
- b. Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou equivalentes, da sede do Microempreendedor Individual, da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte;
- c. No caso de microempreendedor individual, a comprovação de que tratam as alíneas "a" e "b", poderão ser substituídas pelo Certificado de Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, emitido pelo Portal do Empreendedor.
- **8.6** Apresentar o documento relacionado no subitem 8.2.1, quando não constar ou estiverem com a validade vencida no cadastro deste município.
- **8.7.**No caso de empresas não inscritas no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município de Vargem/SP:

#### 8.7.1. - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a. Em se tratando de empresa individual, apresentar o registro comercial;
- b. Em se tratando de sociedades comerciais, apresentar ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, onde conste o objeto;



Depto. de Compras e Licitações

- c. Em se tratando de Sociedades por ações, apresentar ato constitutivo ou estatuto em vigor onde conste o objeto acompanhado de documentos de eleição de seus diretores, devidamente registrados;
- d. Em se tratando de Sociedades Civis, apresentar ato constitutivo onde conste o objeto e respectiva inscrição acompanhado de prova da diretoria em exercício devidamente registrada.

#### 8.8.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Comprovação de que a Licitante possui em seu quadro, e que estes estejam na certidão da pessoa jurídica, na data prevista para apresentação da proposta, pelo menos 1 (um) engenheiro eletricista, devidamente registrado(s) no CREA, para atuar como responsável técnico, onde o engenheiro(s) elétrico(s) seja(m) detentor(es) de atestado(s) de capacidade técnica devidamente reconhecido(s) pela entidade competente, através da Certidão de Acervo Técnico, por execução de serviços de características semelhantes e compatíveis ao objeto da licitação, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo são as abaixo indicadas:

- a) Manutenção preventiva, corretiva e emergencial em áreas energizadas de média e baixa tensão e em áreas desenergizadas no sistema de ILUMINAÇÃO PÚBLICA, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico CAT, expedida pelo(s) Conselho(s) Profissional(is) correspondente(s);
- b) Projeto executivo de novos PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico CAT, expedida pelo(s) Conselho(s) Profissional(is) correspondente(s);
- c) Execução de rede subterrânea com instalação de cabo de cobre de no mínimo 4mm, no sistema de ILUMINAÇÃO PÚBLICA, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico CAT, expedida pelo(s) Conselho(s) Profissional(is) correspondente(s);
- d) Instalação de luminária em Led, no sistema de ILUMINAÇÃO PÚBLICA, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico CAT, expedida pelo(s) Conselho(s) Profissional(is) correspondente(s);
- e) Instalação de Braço metálico, no sistema de ILUMINAÇÃO PÚBLICA, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico CAT, expedida pelo(s) Conselho(s) Profissional(is) correspondente(s).
- f) Instalação de poste metálico, no sistema de ILUMINAÇÃO PÚBLICA, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico CAT, expedida pelo(s) Conselho(s) Profissional(is) correspondente(s).
- ✓ No caso de empregado da licitante: mediante apresentação de cópias autenticadas do Contrato de trabalho, das anotações da CTPS − Carteira de Trabalho e Previdência Social, nos termos da CLT − Consolidação das Leis do Trabalho e do Decreto nº 61.799/67, ou da Ficha de Registro do Empregado.
- ✓ No caso de proprietário, sócio ou dirigente: mediante apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado no órgão competente.
- ✓ No caso de profissional (is) autônomo(s): mediante apresentação de cópia do(s) contrato(s) de prestação de serviços ou declaração de compromisso, firmado(s) anteriormente à sessão de abertura de propostas entre a licitante e o(s) profissional(is) em questão.

A contratada deverá apresentar declaração de que o engenheiro preposto ou responsáveis técnicos indicados irão compor o quadro técnico durante a execução do objeto. Esta declaração deverá estar contida na habilitação.

#### 8.8.2.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL DA EMPRESA



Depto. de Compras e Licitações

- a) Apresentação de Certidão de Registro da Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA da região onde a empresa tiver sede, devidamente atualizada, comprovando a composição do seu quadro de responsável (eis) técnico(s):
- b) Comprovação através de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade de execução de serviços da empresa emitida(s) por pessoa de direito público e/ou privado, devidamente assinado pelo responsável por emitir a declaração, indicando-se, para fins do inciso I, do §2º, do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, como parcela de maior relevância técnica e valor significativo os serviços abaixo:
- b.1) Manutenção preventiva, corretiva e emergencial em áreas energizadas de média e baixa tensão e em áreas desenergizadas no sistema de ILUMINAÇÃO PÚBLICA, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico CAT, expedida pelo(s) Conselho(s) Profissional(is) correspondente(s), mínimo de 50% do quantitativo do processo;
- b.2) Projeto executivo de novos PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico CAT, expedida pelo(s) Conselho(s) Profissional(is) correspondente(s), mínimo de 1 projeto;
- b.3) Execução de rede subterrânea com instalação de cabo de cobre de no mínimo 4mm, no sistema de ILUMINAÇÃO PÚBLICA, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico CAT, expedida pelo(s) Conselho(s) Profissional(is) correspondente(s), mínimo de 50% do quantitativo do processo;
- b.4) Instalação de luminária em Led, no sistema de ILUMINAÇÃO PÚBLICA, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico CAT, expedida pelo(s) Conselho(s) Profissional(is) correspondente(s), mínimo de 50% do quantitativo do processo;
- b.5) Instalação de Braço Metálico, no sistema de ILUMINAÇÃO PÚBLICA, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico CAT, expedida pelo(s) Conselho(s) Profissional(is) correspondente(s), mínimo de 50% do quantitativo do processo;
- b.6) Instalação de poste metálico, no sistema de ILUMINAÇÃO PÚBLICA, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico CAT, expedida pelo(s) Conselho(s) Profissional(is) correspondente(s), mínimo de 50% do quantitativo do processo;

Não será(ão) aceito(s) atestado(s) emitido(s) pelo licitante em seu próprio nome;

#### DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

#### 8.8.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

- **a)** Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para a apresentação dos envelopes;
- **b)** Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- **b.1)** Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pela autoridade competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

#### 8.8.4. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHITA:



Depto. de Compras e Licitações

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- **b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- **c)** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de tributos mobiliários, expedida no local do domicílio ou da sede da licitante;
- **d)** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) dos débitos inscritos em dívida ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado, no local do domicilio ou sede da licitante;
- **e)** Prova de regularidade perante a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação de certidão de regularidade emitida pelo INSS Instituto Nacional do Seguro Social (ou pela Receita Federal, quando for o caso) e da CRF Certificado de Regularidade do FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- **f)** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos (ou positiva com efeitos de negativa), relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- **g)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CNDT Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (ou positiva com efeitos de negativa), de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- **h)** Quando aplicável, declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV, art. 63, da Lei nº 14.133/21.
- i) Sob pena de desclassificação, nos termos do §1º, art. 63, da Lei nº 14.133/21, apresentar declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes, conforme Anexo XIII na data de entrega das propostas, conforme Anexo II do Edital.
- **8.8.4.1.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do instrumento contratual.
- **8.8.4.1.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- **8.8.4.1.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da sessão pública em que for declarada a licitante vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do §1°, art. 43, da Lei Complementar n° 123/2006.
- **8.8.4.1.3.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.8.4.1.2, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.
- **8.5.**Os interessados deverão apresentar, ainda, para efeito de habilitação:
- a. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 (Anexo VI);
- **8.6.**Os interessados deverão apresentar:



Depto. de Compras e Licitações

- a. Declaração de que não possui em seus quadros, servidores ou funcionários da Prefeitura do Município de Vargem/SP, inclusive na condição de sócio ou dirigente, conforme modelo constante do Anexo VII;
- b. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, com a apresentação dos dados do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, contendo: Nome; Cargo; CPF; RG; Data de Nascimento; Endereço Residencial Completo; E-mail institucional; E-mail pessoal; e Telefone(s), conforme modelo constante do Anexo VIII;
- c. Para as microempresas e empresas de pequeno porte que declararam sua condição de enquadramento no credenciamento através da assinatura do Termo de Comprometimento, esta deverá comprovar sua condição de micro ou pequena empresa, mediante apresentação de um dos seguintes documentos:
- **8.6** Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original ou cópias autenticadas em cartório ou na própria Administração ou por autenticação eletrônica.
- **8.6.1.** As certidões e/ou certificados apresentados devem estar com o seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar de sua expedição.
- **8.6.2.** Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;
- **8.6.3.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- **8.6.4.** Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro ARP e contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos, disposta na habilitação;
- **8.7.**Os Documentos que já forem apresentados no credenciamento não precisam ser apresentados novamente no Envelope 02 Documentos de Habilitação.
- **8.8.**Se algum documento apresentar falta não sanável na sessão, acarretará a inabilitação da licitante;
- **8.9.**O(a) Pregoeiro(a) ou a Equipe de apoio poderão a critério do Pregoeiro realizar diligência efetuando consulta direta na Internet nos sites dos órgãos expedidores para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

# IX- DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES E OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS

- **9.1.**Os envelopes das propostas e da documentação de habilitação deverão ser entregues na data e horário de abertura e julgamento do certame, a ser realizado na sala de licitações da Prefeitura do Município de Vargem/SP, localizada à Rua Geraldino de Oliveira, nº 236, no Município de Vargem/SP;
- **9.2.**Em seguida, a Pregoeiro indagará os licitantes se formalmente preenchem os requisitos da habilitação estabelecidos por este Edital, recebendo e registrando as declarações formais de que atendem a essa condição, nos termos do modelo constante do Anexo III deste Edital, documento este que obrigatoriamente deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com o credenciamento, cujo modelo encontra-se no Anexo IV.
- **9.3.** O Pregoeiro procederá a abertura primeiramente dos Envelopes que contêm as Propostas de Preços, avaliando o cumprimento das condições exigidas no Edital.
- **9.4.**Os envelopes de documentação de habilitação permanecerão fechados, em poder da Pregoeiro, e serão abertos após a aceitabilidade das propostas, apenas em relação ao ofertante da proposta de menor valor para cada item deste edital;



Depto. de Compras e Licitações

- **9.5.** Verificada a conformidade das propostas com os requisitos formais estabelecidos no edital, a Pregoeiro dará início à etapa competitiva da licitação através de lances verbais e sucessivos NO MODO DE DISPUTA ABERTO;
- **9.6.**No caso de empate entre duas ou mais propostas será obedecido o disposto, artigo 60º da Lei nº 14.133/2021.

#### X-DOS LANCES VERBAIS

- **10.1.** Iniciada a etapa de lances o uso de aparelhos celulares será restrito, salvo quando previamente autorizado pelo Pregoeiro.
- **10.2.** As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, a partir da proposta comercial classificada de maior valor e os demais lances, em ordem decrescente de valor.
- **10.3.** O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordens decrescentes de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- **10.4.** O intervalo mínimo de valor entre cada lance será de 1% (um por cento), incidindo sobre o preço unitário apresentado;
- **10.5.** Não haverá limite de rodadas para apresentação de lances;
- **10.6.** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- **10.7.** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- **10.8.** Após a negociação se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- **10.9.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas neste Edital.
- **10.10.** Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação.

#### XI- DO JULGAMENTO

- **11.1.** O critério de julgamento será exclusivamente o de TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, para o objeto licitado.
- **11.2.** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- **11.2.1.** Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita, após a negociação com o pregoeiro com vistas à obtenção de melhor preço.
- **11.2.2.** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preco.
- **11.3.** Constatada e registrada a oferta de menor preço, será identificada se a mesma é de autoria de Microempreendedor, Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- **11.3.1.** Caso a oferta de menor preço valida seja de Microempreendedor, Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, será aberto o Envelope contendo os Documentos de Habilitação do licitante que a tiver formulado, para a confirmação de suas condições de habilitação.



Depto. de Compras e Licitações

- **11.3.2.** Caso a oferta de menor preço válida não seja de Microempreendedor, Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, o Pregoeiro verificará se alguma Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte encontra-se com o preço em até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço ofertado, para que a mesma tenha a oportunidade de dar um novo lance inferior ao melhor preço em até 05 (cinco) minutos, conforme os dispostos no § 2º do art. 44 e o § 3º do art. 45 da Lei Complementar 123/2006.
- **11.4.** As disposições contidas no subitem 11.3.2 aplicam-se apenas às microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual que apresentarem propostas para a cota principal do objeto destinada à ampla concorrência.
- **11.5.** Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota de ampla concorrência, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.
- **11.6.** A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de valor mais baixo para cada item, analisados ainda, os preços unitários, compreenderá o exame:
- **11.6.1.** Da compatibilidade das características dos serviços ofertados com as especificações indicadas neste edital e seus anexos;
- **11.6.2.** Da compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado e com os custos reais estimados para a execução da ARP e do contrato e com as disponibilidades orçamentárias da Administração.
- **11.7.** Serão consideradas inaceitáveis, sendo desclassificadas, as propostas:
- 11.7.1. Que não contiverem todos os dados exigidos para o Envelope 01;
- **11.7.2.** Que não atenderem aos requisitos mínimos das especificações constantes deste edital e seus anexos;
- **11.7.3.** Que ofertarem preços irrisórios, manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os valores de mercado, inclusive pela omissão de custos tributários incidentes sobre a contratação.
- **11.8.** As propostas consideradas aceitáveis serão classificadas a partir do valor mais baixo.
- **11.9.** Para efeito de classificação, serão considerados os preços finais, os resultantes de valores originariamente cotados e dos lances verbais oferecidos.
- **11.10.**O pregoeiro(a) indicará na ata da sessão os fundamentos da decisão sobre aceitabilidade ou inaceitabilidade de preços, bem como sobre a classificação ou desclassificação das propostas.
- **11.11.** Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o Envelope contendo os Documentos de Habilitação do licitante que a tiver formulado, para a confirmação de suas condições de habilitação, somente ao término de julgamento de todos os itens licitados.
- **11.11.1.** Caso a licitante declarada vencedora seja uma Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte, a mesma terá 05 (cinco) dias úteis, prorrogados por igual período a critério da administração, para regularizar pendências fiscais e trabalhista, caso esta apresente alguma restrição, conforme o disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006.
- **11.11.2.** Caso a Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte que se beneficiar no disposto no subitem 11.11.1 não o fizer dentro do prazo estipulado no mesmo subitem, será convocada a segunda licitante melhor classificada para a verificação de suas condições de habilitação, e assim sucessivamente até que aconteça a habilitação de uma das licitantes.
- **11.12.**Constatado o atendimento pleno das exigências do edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- **11.13.**Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências do edital, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as exigências do edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
- **11.14.** Apurada a melhor proposta que atenda ao Edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.



Depto. de Compras e Licitações

- **11.15.**Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.
- **11.16.**Encerrado julgamento e nenhum licitante tendo manifestado imediata e motivada intenção de recorrer, o processo será instruído com a respectiva adjudicação pelo Pregoeiro(a) e homologação pela Autoridade Competente.

#### XII- DOS RECURSOS

- **12.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação de razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para a apresentação de contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **12.2.** A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante de recorrer importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da Licitação ao vencedor.
- **12.3.** O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.
- **12.4.** Decididos os recursos, a autoridade superior fará a adjudicação do objeto da licitação à Licitante vencedora.
- **12.5.** Não serão aceitos recursos via postal ou fax, devendo os licitantes protocolizar os recursos na sede da Prefeitura do Município de Vargem/SP, sito à Rua Geraldino de Oliveira, nº 236, Centro, Vargem, Estado de São Paulo, no horário compreendido entre 08h00 às 16h00.
- **12.6.** Os autos do procedimento permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, no Setor de Licitações, sito na sede da Prefeitura do Município de Vargem/SP, sito Rua Geraldino de Oliveira, nº 236, no Município de Vargem/SP.
- **12.7.** Decididos os recursos ou transcorridos os prazos para a sua interposição relativamente ao Pregão, o Pregoeiro disponibilizará aos Licitantes, julgados desclassificados no certame, os Envelopes contendo os Documentos de Habilitação inviolados para retiradas por 30 (trinta) dias, sendo que após serão destruídos, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da Licitação.

#### XIII- DO RESULTADO DO JULGAMENTO E HOMOLOGAÇÃO

- **13.1.** O resultado final da licitação constará da ata da sessão pública, a ser assinada pelo Pregoeiro(a) e pelos licitantes, na qual deverão ser registrados os valores das propostas escritas, os valores dos lances verbais oferecidos, com os nomes dos respectivos ofertantes, as justificativas das eventuais declarações de aceitabilidade / inaceitabilidade e classificação de propostas, bem como de habilitação / inabilitação proclamadas, bem assim quaisquer outras ocorrências da sessão.
- **13.2.** Assinada a ata da sessão pública, o Pregoeiro(a) encaminhará o processo da licitação à autoridade competente para homologação.
- **13.3.** O despacho de homologação será publicado no Diário Oficial do Município, para conhecimento geral.

# XIV- DAS CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO E PENALIDADES

**14.1** Homologado o resultado da licitação, a vencedora terá o prazo de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar a Ata de Registro de Preços ou Autorização de Fornecimento, que obedecerá às condições indicadas na minuta do Anexo IX, na qual estarão definidas as especificações mínimas, quantidades estimadas, preços unitários e totais dos bens a serem adquiridos. Assinada a Ata de Registro de Preços, o contrato ou a Autorização de



Depto. de Compras e Licitações

Fornecimento, dependerá de requisição da Secretaria requisitante, oportunidade que o adjudicatário será convocado para assinar e retirar o contrato ou a Autorização de Fornecimento no mesmo prazo previsto acima, no qual constarão as condições da execução do fornecimento, do pagamento dos preços, as obrigações da contratada e as penalidades a que estará sujeita para eventual inobservância das condições ajustadas.

- **14.2** Quando o valor original da proposta tiver sido alterado por conta de lance oferecido na sessão pública do pregão, o licitante adjudicatário deverá apresentar, no prazo fixado para assinatura da Ata de Registro de Preços, nova planilha de preços, com os valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a primitiva, como parte integrante da referida Ata.
- **14.2.1** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, conforme legislação aplicável.
- **14.3** A adjudicatária executará o fornecimento do(s) item(ns) com observância rigorosa das condições deste Edital e de sua proposta.
- **14.4** O(s) item(ns) fornecido(s) deverá(ão) ser de excelente qualidade, bem como ser(em) transportado(s) até o local de entrega a ser indicado pela Secretaria requisitante no ato da requisição, durante o prazo indicado na proposta e nas condições estabelecidas neste Edital, devendo a fornecedora substituir, por suaconta e no prazo estabelecido pela Secretaria Solicitante, se for considerado inadequado às especificações ou apresentar avarias que comprometam o seu uso adequado.
- **14.5** A recusa da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato ou a Autorização de Fornecimento no prazo fixado na convocação específica caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta licitação, sujeitando-a às penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.
- **14.5.1**Ocorrendo essa hipótese, o processo retornará ao Pregoeiro(a), que convocará os licitantes e, em sessão pública, procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao Edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar a Ata de Registro de Preços.
- **14.6** O licitante vencedor que se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato, ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, estará sujeito às seguintes penalidades:
- **14.6.1** Advertência:
- **14.6.2**Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura do Município de Vargem/SP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos; e
- **14.6.3** Multa equivalente a até 20% (vinte por cento) do valor da adjudicação;
- **14.6.4**As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.
- **14.6.5**A fim de atender o artigo 82 da Lei 14.133/2021, necessário indicar que, por se tratar de aquisição de itens, as quantidades máxima estão indicadas no termo de referência, e a quantidade mínima é a unidade de medida respectiva. Não poderão haver homologações de preços distintos dos serviços, e nem de empresa oferecer proposta em quantitativo inferior, até porque, por se tratar de ata de registro de preços, a aquisição é parcelada. Será considerado o vencedor do item apenas a empresa com menor preço registrado.

# +71+

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM

Depto. de Compras e Licitações

Os preços poderão ser alterados, desde que atendidos os requisitos legais, item XVIII do edital e termos do contrato administrativo.

Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

As hipóteses de extinção da ata e do contrato estão previstos nos termos do contrato administrativo.

### XV- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**15.1** As despesas decorrentes da presente contratação, objeto desta licitação, correrão por conta das dotações orçamentárias do orçamento municipal, as quais serão indicadas no momento da eventual contratação.

#### XVI- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **16.1** Após a execução dos serviços, o processo será instruído com a respectiva Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente ou documento equivalente com registro de despesas devidamente liquidada, observando-se ainda o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.
- **16.2.** Pela execução dos serviços, a Prefeitura efetuará o pagamento ao Fornecedor em até 28 (vinte e oito) dias corridos após o aceite da nota fiscal.
  - **16.2.1** Em caso de compra de produtos, o prazo será contado a partir da entrega.
- **16.2.2** Em caso de serviços, o prazo será contado a partir da data em que o responsável assinou e atestou a prestação do serviço.
- **16.3.** Os prestadores de serviços devem se atentar para os casos de retenção de Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Serviços (ISS) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- **16.4.** Devem ser observadas a legislação vigente, assim como a lei orgânica do município de Vargem.
- **16.5.** Os casos de dispensa devem ter seu fundamento legal descrito no corpo da Nota ou declaração anexa à Nota Fiscal.
- **16.6.**O código de serviço deve ser condizente com o serviço prestado.

#### XVII- DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

- **17.** Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo as demais sanções previstas nos artigos 155 e seguintes da Lei Federal 14.133.
- **17.1.** Multa de mora de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso na entrega do objeto deste contrato, até o 10º (décimo) dia de atraso sobre o valor do objeto não executado;
- **17.2.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto pela inexecução parcial ou total, quando o atraso for superior a 10 (dez) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;
- **17.3.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, no caso da adjudicatária, desistir do mesmo ou causar sua rescisão, ou ainda quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- **17.4.** Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Vargem/SP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos quando, por culpa da CONTRATADA, e se for o caso, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município de Vargem/SP pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;



Depto. de Compras e Licitações

- **17.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;
- **17.6.** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.
- **17.7**. Caso seja constatado que os serviços ofertados pela contratada não apresentem às condições exigidas no termo de referência, caberá a substituição do mesmo e aplicação de multa prevista no subitem 17.1.
- **17.8.** Multa de 5% sobre o valor total do contrato por descumprimento de quaisquer obrigações decorrentes do ajuste que não estejam previstos nos subitens acima.
- **17.9.** As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- **17.10.** Garantido o contraditório e a ampla defesa, decorrido o prazo para interposição de eventual recurso, o prazo para pagamento de multa será de 05 (cinco) dias uteis a contar da intimação da empresa. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo judicial de execução, podendo também ser retido de eventuais créditos da Contratada.
- **17.11.** Às penalidades previstas nesta cláusula tem caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha acarretar ao Município.

#### XVIII - DO REAJUSTE/REPACTUAÇÃO

**18.1** A possibilidade de reajuste e repactuação terão periodicidade mínima de 1 ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta ou o orçamento a que se referir.

#### XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **19.1** Este Edital deverá ser lido e interpretado na integra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- **19.2.1.** A Prefeitura do Município de Vargem/SP, responsável pelo Pregão, reserva-se o direito de:
- **19.2.2.** Revogá-lo, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrente de fato superveniente, ou anular o procedimento, quando constatada ilegalidade no seuprocessamento;
- **19.2.3.** Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de propostas, na forma de legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das ofertas;
- **19.2.4.** Adiar o recebimento das propostas, divulgando, mediante aviso público, a nova data:
- **19.2.5.** Suspender a sessão pública.
- **19.3.**O Pregoeiro(a) ou a Autoridade Superior poderão, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que considerarem necessárias para esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.
- **19.4.** O Pregoeiro, por interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais e erros meramente materiais observadas na documentação e proposta, desde que não

Depto. de Compras e Licitações

contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

- **19.5.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura do Município de Vargem/SP.
- **19.6.** Em atendimento ao protocolo ICMS 42 de 03/07/2009, cláusula segunda, inciso I, será obrigatória aemissão de Nota Fiscal Eletrônica modelo 55, em substituição à nota fiscal modelo 1 ou 1-A, independentemente da atividade econômica exercida, à exceção dos desobrigados.
- **19.7.** O Edital e seus anexos estarão à disposição no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Vargem/SP, localizada na Rua Geraldino de Oliveira, nº 236, no Município de Vargem/SP, no horário das 08h00 às 16h00, ou através do site da Prefeitura, no endereço eletrônico <a href="https://www.vargem.sp.gov.br">www.vargem.sp.gov.br</a>.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS

Depto. de Compras e Licitações

#### **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2025

#### I – ÁREA SOLICITANTE:

Secretaria Municipal de Obras e Serviços

#### II - OBJETO

Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de adequação e substituição de iluminação pública com utilização de pontos de luminárias de led incluindo mão de obra de retirada das luminárias antigas e a instalação das novas e a manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças.

#### III – ESPECIFICAÇÃO E NATUREZA

Item	Emb	Qtd	Especificação
1	Serviço	12 meses	Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de adequação e substituição de iluminação pública com utilização de pontos de luminárias de led incluindo mão de obra de retirada das luminárias antigas e a instalação das novas e a manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

## IV – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços, dentre outras atribuições, é responsável pela conservação e zeladoria do município.

Haja vista o fim da vigência do Pregão Presencial nº 015/2023 e levando em



Depto. de Compras e Licitações

consideração a demanda de tal serviço, faz-se necessário a abertura de nova licitação para dar segmento aos reparos nas iluminações.

Necessidade de troca e reorganização do sistema de iluminação de vias públicas do Município de Vargem/SP, atualmente composto na sua maioria por lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio, vapor metálico, incandescentes e fluorescentes por luminárias com tecnologia LED (Light Emiting Diode), objetivando maior eficiência energética, redução do consumo de energia elétrica e menor custos de manutenção, melhor qualidade do serviço público de iluminação para a população, maior percepção de segurança e aumento da atratividade de áreas da cidade durante a noite. Além da economia com custeio, a medida guarda consonância com as políticas de sustentabilidade preconizadas pelo Município que exortam a adoção de providências para a racionalização de gastos públicos.

#### V – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Conforme já exposto, a única solução possível para atender as necessidades da Secretaria requisitante, é o Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de adequação e substituição de iluminação pública com utilização de pontos de luminárias de led incluindo mão de obra de retirada das luminárias antigas e a instalação das novas e a manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças.

Em relação as alternativas possíveis para atender as necessidades do Município, vê-se que se trata de um serviço especifico, que somente empresas do ramo pode satisfazer a referida aquisição.

Trata-se de uma aquisição feita de forma recorrente pelo Município.

#### VI – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A parte contratada deverá exercer atividade econômica compatível com o objeto deste termo de referência, possuir toda documentação de habilitação e afins que a lei exige, inclusive certidões negativas.

Deverá manter a boa-fé que se espera de uma relação comercial, bem como fazer a entrega no local a ser indicado.

O prazo máximo para início do serviço será de até 07 (sete) dias após a emissão da Ordem de Serviço, no local informado pela secretaria requisitante.



Depto. de Compras e Licitações

#### VII – DAS COMPETÊNCIAS DA CONTRATADA

A empresa CONTRATADA deverá indicar um profissional habilitado para responder pelos serviços prestados, que atuará como responsável técnico da empresa, devendo ser um engenheiro elétrico.

Por ocasião da emissão da ordem de serviço inicial, a empresa CONTRATADA compromete-se a apresentar junto ao Setor competente de gestão de contratos, documentação relativa à sua responsabilidade técnica pelo serviço prestado, assinado pelo profissional técnico exigido pelas normas vigentes, devidamente registrado no órgão competente, como exemplo CREA/CAU ou outros se necessários.

Caberá à CONTRATADA, registrar todo serviço de reparação elétrica em Ordens de Serviço fornecidas e elaboradas pelo Poder Público, sempre em cumprimento às normas aplicadas a esse contrato e as determinações da Prefeitura de VARGEM.

Durante a execução do objeto contratado e até o seu recebimento definitivo, assume a CONTRATADA integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos, devidamente comprovado, limitado ao valor do contrato, devendo ressarcir os prejuízos da Administração Pública.

O fechamento das medições terá como um dos critérios, a apresentação das planilhas, com a data de execução dos serviços prestados e o tipo de serviço prestado.

Em caso da necessidade da intervenção e apoio de outros serviços públicos nas esferas municipal e estadual para efetivação de Ordens de Serviço tais como: trânsito, imprensa, polícia militar, demais Departamentos e outros, TODOS deverão ser comunicados previamente pela CONTRATADA oficialmente e conjuntamente à fiscalização da Prefeitura.



Depto. de Compras e Licitações

Comparecer, sempre que o CONTRATANTE solicitar, a seus escritórios ou em outro local indicado, o Responsável Técnico da empresa, para examinar e prestar esclarecimentos sobre eventuais problemas relacionados com o objeto do Contrato.

Manter o CONTRATANTE atualizado, de todos os serviços executados e a serem executados (programados).

Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o CONTRATANTE, acatando as orientações e decisões da Fiscalização, bem como dos profissionais que respondem pela Secretaria de SERVIÇOS PÚBLICOS / OBRAS.

A CONTRATADA deverá disponibilizar um sistema de comunicação com o intuito de facilitar a comunicação entre as partes envolvidas no desenvolvimento dos trabalhos de manutenção.

Caberá à Empresa CONTRATADA a responsabilidade pela execução da manutenção corretiva e preventiva relativas ao Sistema de Iluminação Pública do Município, ressalvadas as obrigações estabelecidas em Contrato e as atribuídas exclusivamente a Concessionária de Distribuição de Energia A Manutenção Corretiva será executada de acordo com a demanda gerada pela prefeitura, gerando a Ordem de Serviços. Quando a ordem de serviço for entregue à equipe de manutenção a mesma terá que corrigir a falha em até 5 dias úteis. A Empresa Contratada efetuará, de maneira sistemática, um controle visual das instalações, através de verificações noturnas (no mínimo duas vezes por semana) e diurnas diariamente, com o objetivo de detectar as panes visíveis dos equipamentos da rede de iluminação pública e o estado de conservação dos mesmos, a empresa contratada fica obrigada a fornecer dois funcionários devidamente qualificados para sanar as necessidades que venham a ocorrer no período noturno, de acordo com a necessidade da Secretaria, assim que for contactado, sendo de total responsabilidade da contratada qualquer encargo social e trabalhista destes servidores.

Esse controle será efetuado através de verificações diárias, devendo as panes detectadas pela Secretária de Obras para avaliação das demandas.

Após a realização dos diversos serviços, os dados e informações dos mesmos devem ser consolidados, segmentados por tipo de serviço e deverá ser gerado um



Depto. de Compras e Licitações

Relatório de Produção Mensal – RPM, na qual deverá conter todas as OS executadas e assinadas por responsável pela Empresa Contratada, entregue até o 5º dia útil do mês subsequente, para a Fiscalização da Secretária de Obras e Serviços Públicos, para que sejam atestados e posteriormente registradas em sistema computacional, para fins de geração dos relatórios de medição de serviços e relatórios fotográficos das manutenções corretivas e preventivas.

A Manutenção Preventiva tem por objetivo evitar e/ou minimizar a ocorrência de falhas e reclamações dos usuários, mantendo o sistema de iluminação pública funcionando continuamente com a melhor qualidade possível.

A Manutenção Preventiva consistirá em ações programadas pela Secretária de Obras e Serviços Públicos, que estabelecerá os locais, equipamentos e os procedimentos a serem empregados nos elementos do município, consistirá nas seguintes ações:

Avaliativas: inspeção visual, teste de fluxo luminoso, verificação do estado de desgaste pela ação de intempéries e aferição da variação de tensão da rede, realizado pela Secretaria;

Operacionais: limpeza dos difusores, correção do posicionamento dos braços, retirada e/ou substituições dos mesmos quando solicitado pela Contratante, troca de equipamentos em fim de vida útil e troca de refrator policarbonato.

Esta rotina de manutenção será realizada periodicamente, de acordo com as recomendações e solicitações da Contratante. A cada ciclo das ações de manutenção (avaliativa e operacional), os componentes substituídos deverão ser entregues na "Seção de Materiais Usados" do Almoxarifado previamente definido pela Secretária, para fins de conferência e destinação final.

Os materiais retirados e inservíveis deverão ser, depois de submetidos a inspeção da Contratante, descartados pela Prefeitura, sem danos ao meio ambiente, na forma prevista na legislação ambiental vigente os serviços de manutenção preventiva a serem realizados, não se limitando a estes, são os seguintes: Correção da posição de suporte; Correção de fixação do reator e ignitor; Correção de posição de braço; Correção de posição de poste exclusivo de iluminação pública; Correção de aterramento do sistema de iluminação; Desligamento de unidade; Eliminação de cargas elétricas não destinadas à IP; Fechamento de janela de poste; Lacramento



Depto. de Compras e Licitações

de caixa de passagem; Limpeza interna e externa de luminárias; Manutenção/limpeza na caixa de passagem; Numeração de unidades e circuitos de IP; Pequena poda de galhos de árvores; Redistribuição da carga de IP; Remoção de unidade/equipamento de IP; Substituição de lâmpada; Supressão de unidade/equipamento de IP; Substituição de luminária LED e/ou componente.

A manutenção corretiva consistirá em ações de reparo dos defeitos ocorridos no sistema de iluminação pública.

Entende-se como "prazo de execução" o período entre a recepção da Ordem de Serviço encaminhada pela Secretária e o horário registrado como de execução do conserto registrado das Atividades da Empresa Contratada.

As inspeções prévias deverão ser realizadas, com a finalidade de detectar as lâmpadas apagadas no período noturno e acesas no período diurno. Também serão realizadas inspeções periódicas nas áreas de maior demanda indicadas pelas chamadas registradas nas várias fontes de reclamação.

Quando dá realização de manutenção preventiva ou corretiva em pontos de iluminação com lâmpadas de vapor de mercúrio, incandescente, lâmpada mista ou fluorescente compacta, eles devem ser trocados para luminárias com tecnologia LED (Light Emiting Diode).

A Empresa Contratada, com vistas a atender aos Serviços de Manutenção Corretiva e de pronto restabelecimento da Iluminação Pública, deverá dispor de uma estrutura apropriada e compatível para essa finalidade.

Deverá disponibilizar uma estrutura mínima que atenda as seguintes situações:

Situações a Serem Corrigidas ou Comunicadas

Quando da execução dos serviços de manutenção as seguintes situações devem ser observadas e corrigidas: Tampas de caixas de passagem quebradas ou faltantes; Luminárias faltantes ou com compartimentos abertos; Unidades de IP fora de prumo, desalinhadas ou tortas; Unidades faltantes ou abalroadas; Cargas clandestinas ligadas na rede de IP.

Quando da execução dos serviços de manutenção as seguintes situações devem ser observadas e comunicadas por escrito, podendo ser solicitado os registros fotográficos circunstanciando as situações: Luminárias com componentes faltantes; Logradouros onde os serviços de manutenção não são realizados devido a



Depto. de Compras e Licitações

ameaças, restrição de acesso e vandalismo constante; Postes com janelas sem tampa.

Quando da manutenção em qualquer unidade com poste metálico, a existência do aterramento deve ser verificada, corrigindo ou executando novo aterramento.

Quando da necessidade de intervenção da concessionária de energia elétrica, como por exemplo, substituição de chave primária, conector de alta tensão aberto, etc., o ponto de conexão entre a chave magnética e a rede de IP deve ser desconectado.

Quando da necessidade de instalação/substituição de unidades (aérea ou subterrânea) a lâmpada deverá ser instalada após a fixação e ajuste na posição da unidade.

A ficha de serviços de manutenção, realizados através da inspeção, deverá conter número de solicitação fornecido pelo sistema informatizado da Prefeitura.

Todos os materiais retirados da rede de IP deverão ter seus componentes desmontados. identificados, testados e acondicionados adequadamente Preliminarmente prevê-se que os serviços de manutenção corretiva a serem realizados, não se limitando a estes, são os seguintes: Correção da posição de suporte; Correção de fixação do reator e ignitor; Correção de posição de braço de luminária; Correção de posição de poste de iluminação; Eliminação de cargas elétricas não destinadas à IP; Limpeza interna e externa de conjunto óptico; Limpeza interna e externa de luminárias; Manutenção de caixa de passagem; Pequena poda de galhos de árvores; Substituição de conectores; Substituição de equipamento; Substituição de fiação interna de braço e luminária; Substituição de fiação interna de poste, braço e luminária; Substituição de lâmpada; Substituição de luminária ou conjunto ótico; Substituição de reator ou equipamento; Substituição de relé fotoelétrico; Substituição ou instalação de suporte para ignitor. Substituição de luminária LED ou componente.

Os serviços acima elencados contemplam todas as unidades de iluminação pública padronizadas ou especiais.

Quando da abertura de caixa de passagem, a mesma deve ser limpa e todas as conexões verificadas e refeitas caso apresentem falhas, inclusive quanto á isolação.



Depto. de Compras e Licitações

Só será aceito o uso de materiais que estejam de acordo com a Planilha Orçamentária, Caderno de Especificações Técnicas e aprovados pela fiscalização da Secretária de Obras e Serviços Públicos, ficando proibido o uso dos mesmos sem a autorização formal, a qual caberá a empresa as sanções devidas por qualquer utilização.

Os materiais e equipamentos, ainda devem ser compatíveis com o padrão e com as normas do Município.

Os materiais comprados pela CONTRATADA a serem utilizados no município deverão ter data de fabricação inferior a 1 ano da data de instalação/reposição do item.

VIII – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO, SUA EXECUÇÃO E SOLUÇÃO BUSCADA

A descrição pormenorizada dos produtos está no item III deste termo de referência.

A execução do objeto e a produção de seus resultados se dará desta forma.

Após a emissão da Ordem de Serviço expedida pela secretaria requisitante, a contratada terá o prazo de até 07 (sete) dias para início no local a ser informado pela secretaria requisitante.

A descrição do objeto se dará desta forma:

#### MÃO DE OBRA:

Toda a mão de obra para a execução dos serviços será de funcionários devidamente registrados e deverão estar munidos com equipamentos de proteção individual necessários, como exemplo: capacete, protetor auricular, óculos para proteção dos olhos, uniforme, calça, bota de segurança, etc, e usarão cintos devidamente atados onde tiver risco de acidente, ou seja, cumprindo as normas de segurança do trabalho.

#### **SERVIÇOS DIVERSOS:**

A Contratada se responsabilizará por danos causados, prejudicados pela má execução dos serviços a serem executados. Ao final dos serviços a Contratada deverá deixar o local limpo de qualquer material proveniente da execução dos serviços.

#### **INÍCIO DOS SERVIÇOS:**



Depto. de Compras e Licitações

O prazo do serviço será contado a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo Departamento requisitante.

Deverá ser informado oficialmente e antecipadamente, ao Departamento de Obras e Serviços, o início dos serviços para que o setor de fiscalização possa acompanhar a equipe, bem como instruir ou esclarecer sobre o objeto licitado.

#### **EQUIPE TÉCNICA:**

A assinatura da Ordem de Serviço e consequentemente o início dos serviços ficam vinculados à apresentação de documentação pertinente da empresa, em relação a sua responsabilidade pelo serviço, emitida por profissional técnico exigido pelas normas vigentes, devidamente registrado no órgão competente, como exemplo CREA/CAU e outros se necessários. Esta será referente à execução e direção dos serviços prestados. Quando solicitado em projeto/planilha execução de sistema elétrico, fica vinculado a empresa a emissão de ART de profissional habilitado para o serviço, referente a entrada de energia.

O documento de responsabilidade técnica da empresa deverá ser entregue via original.

#### EXECUÇÃO DE TRAVESSIAS POR MND (MÉTODO NÃO DESTRUTÍVEL):

O processo não destrutível tem como o seu objetivo a instalação dos eletrodutos em PEAD para passagem dos cabos elétricos sem a necessidade de abrir grandes valas proporcionando assim vantagem na execução antecipando prazo, aumentando a produtividade e gerando assim menor impacto na obstrução de vias, avenidas e travessias.

#### **EXECUÇÃO:**

A aprovação de cada medição fica vinculada ao fornecimento pela contratada da planilha de serviço, relatório fotográfico e memória de cálculo dos serviços executados, para auxiliar a fiscalização dos serviços.

Toda e qualquer modificação ou serviços adicionais necessários à execução da obra deverão ser informados através de ofício protocolado pela Contratada e previamente aprovados também através de ofício pelo Departamento de Obras e Serviços, cumulado com parecer jurídico.

Toda documentação enviada pela Contratada através do protocolo, deverá conter a assinatura do profissional responsável pelos serviços.

PLACA DO SERVIÇO E CANTEIRO
PLACA DE IDENTIFICAÇÃO PARA SERVIÇO



Depto. de Compras e Licitações

Caso seja necessária a colocação de placas informativa à população sobre a prestação de serviços, será feita da seguinte maneira, considerando que o transito poderá ser modificado nos dias da prestação.

Será medido por área de placa executada (m²).

O item remunera o fornecimento de materiais, acessórios para fixação e a mão-de-obra necessária para instalação de placa informativa e para identificação do serviço, englobando os módulos referentes às placas do padrão do município, constituída por: chapa em aço galvanizado nº16 ou nº18, com tratamento anticorrosivo resistente às intempéries; Fundo em compensado de madeira, espessura de12 mm; requadro e estrutura em madeira; Marcas, logomarcas, assinaturas e tipo do serviço, informações; Pontaletes de "Erismauncinatum" (conhecido como Quarubarana ou Cedrinho), ou "Qualeaspp" (conhecida como Cambará), de 3" x 3". Não remunera as placas dos fornecedores.

#### LUMINÁRIA PÚBLICA LED PARA POSTE EFICIÊNCIA MÍNIMA 120 LM/W

- Será medido por unidade de luminária instalada (un).
  - O item remunera o fornecimento de luminária led retangular em poste fixo, Luminária para iluminação pública LED SMD com base para relê fotoeletrônico, IP 66, 50, 100, 150 e 200 W, suporte para encaixe em braço Ø = 48 mm. Corpo em alumínio extrudado ou injetado. Acabamento em pintura eletrostática preta. Eficiência mínima 120 lm/W. Vida útil mínima 70.000 horas. ABNT ANSI C62,41; 10KV/10KA THD 70 Fotometria IESNA Tipo II Média limitada Temperatura de Cor 5.000K Acionamento da Luminária\*\* Relé fotoelétrico ou shorting gap, conforme norma ABNT NBR 5123 Sistema de Tele gestão Item opcional composto por base 7 pinos, conforme norma ANSI C136.41-2013 Driver\*\* Driver com sistema para dimerização e em conformidade com NBR 16026:2012 / NBR IEC 61347-2-13 Fixação Encaixe para tubos de Ø25mm à Ø60,3mm Material Alumínio injetado a alta pressão com sistema de articulação Material da lente / Difusor PMMA/ Vidro temperado Cor da luminária Cinza N6,5 Arquivo IES País de origem Fabricado no Brasil, Garantia do produto 5 anos.

#### RELÉ FOTOELÉTRICO 50/60 HZ, 110/220 V, 1200 VA, COMPLETO

Será medido por unidade de relé instalado (un).



Depto. de Compras e Licitações

 O item remunera o fornecimento e instalação de relé fotoelétrico para controlar lâmpadas, em termoplástico auto- extingüível de alta resistência mecânica, para 50 / 60 Hz, 110 / 220 V e 1200 VA, inclusive o suporte de fixação.

#### **EQUIPE MÍNIMA**

Compor e disponibilizar no mínimo 1 (uma) equipe de trabalho para a execução da reparação elétrica, conforme a definição da composição de 01 Equipe, a seguir descrita, no mínimo:

Equipe de 02 (dois) eletricistas, 01 (um) motorista (motorista/operador incluso) em veículo com cesto hidráulico isolado dotado de lança com alcance máximo de 12 metros (altura de trabalho), ângulo de giro de 360º, dois comandos, sendo o principal na base e o auxiliar no cesto, válvula de retenção em todos os cilindros, 2 (duas) sapatas estabilizadoras, com um cesto simples isolado com capacidade mínima de 140 kg.

Deverá possuir o veículo, uma carroceria com compartimento para acomodação de ferramentas, equipamentos, materiais (novos e substituídos), porta escada e farol auxiliar direcionável para trabalhos noturnos caso necessite.

Todos os veículos deverão estar equipados com sistema de posicionamento global (GPS), com o intuito de facilitar a identificação dos locais onde serão realizadas as respectivas instalações de iluminação pública.

Os veículos com cesto aéreo isolado apresentados para a realização dos serviços deverão estar em perfeitas condições de funcionamento e conservação, providos com itens de segurança veicular:

- a) Sinalização tipo giroflex,
- b) Faixas refletivas conforme Código Brasileiro de Trânsito
- c) Aviso sonoro de marcha ré
- d) Cones de sinalização de trânsito com altura mínima de 75 cm nas cores laranja e branco refletivos com mínimo de 10 peças por veículo

A empresa CONTRATADA deverá dispor em cada veículo/equipe das seguintes ferramentas mínimas para a perfeita execução dos trabalhos, e outras necessárias:

- a) Alicate volt-amperímetro True RMS com classe de isolação apropriada
- b) Chave Allen de 6 mm a 12 mm
- c) Martelo Pena 500 g
- d) Alicate bico redondo com cabo isolado para 600 v



Depto. de Compras e Licitações

- e) Alicate universal com cabo isolado para 600 v
- f) Chave de boca ajustável 220 mm, abertura até 260 mm.
- g) Chave de fenda 2,2 x 1,50 comprimento total 250 mm
- h) Chave de fenda 4,5 x 1,50, comprimento total 250 mm.
- i) Chave de fenda 6,3 x 2,00, comprimento total 300 mm.
- j) Lanterna
- k) Escada para trabalhos com eletricidade com isolamento

As ferramentas devem atender a classe de isolação exigida na NR-10 e demais requisitos de segurança.

Os materiais necessários aos serviços objeto da presente licitação serão adquiridos e fornecidos pela empresa CONTRATADA. Materiais de uso corrente tais como fitas isolantes, massa de isolamento elétrico, tintas, primers, removedores, solventes, mesmo sendo produtos de valor menos significativo, Assim como: lixas, panos, estopas, sabões, massa para calafetar, massa plástica, pincéis...

Todos os demais materiais necessários aos serviços objeto da presente licitação serão fornecidos pela CONTRATADA.

#### **NORMAS GERAIS E ESPECÍFICAS**

Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão ser executados segundo os padrões e requisitos previstos nas normas regulamentadores da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do Ministério do Trabalho e Emprego, estarem certificados de acordo com os regulamentos do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e, em conformidade com as normas e procedimentos e o Termo de Transferência.

Quando da manutenção em qualquer unidade com poste metálico, a existência do aterramento deve ser verificada, corrigindo ou executando novo aterramento.

Todo e qualquer trabalho ou serviço em que se faça necessário o aterramento este deverá ser feito, impreterivelmente.

Se houver o descumprimento deste item de forma parcial ou total ficará a contratada sujeita às penalidades cabíveis tanto pelas cláusulas contratuais quanto pela Concessionária Local, bem como pelo Município, se assim couber.

#### FERRAMENTAS DE USO PARA AS EQUIPES DE CAMPO, EPI E EPC

Deverão ser disponibilizadas todas as ferramentas e equipamentos, inclusive EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva), necessárias e utilizadas para serviços de Manutenção da Iluminação Pública do Município.



Depto. de Compras e Licitações

Em nenhuma hipótese será aceito paralisação ou descontinuidade de serviços por falta ou deficiência de ferramentas. A falta de Ferramental adequado sujeitará a Contratada às penalidades contratuais, inclusive pecuniárias.

#### PESSOAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A Contratada deverá disponibilizar todo o pessoal necessário, em todos os níveis profissionais inerentes à perfeita execução dos serviços dentro das normas vigentes, necessárias e utilizadas para serviços de reparação elétrica e Redes Elétricas Aéreas e Subterrâneas.

Em nenhuma hipótese será aceito paralisação ou descontinuidade de serviços por falta ou deficiência de pessoal técnico qualificado. A falta de pessoal adequado sujeitará a Contratada às penalidades contratuais, inclusive pecuniárias.

#### IX – MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO

A gestão da ata ficará a cargo do Secretário de Obras e Serviços, que ficará encarregado de fiscalizar o andamento das entregas dos serviços prestados, conferir a quantidade entregue e afins.

A empresa contratada deverá realizar o serviço conforme descritivos e quantidades, de acordo com as solicitações da Secretaria requisitante, no endereço a ser indicado.

A ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

O gestor da ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



Depto. de Compras e Licitações

O gestor da ata deverá enviar a documentação pertinente ao setor de finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### X – DO LOCAL DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

A execução do serviço será realizada conforme orientação da Secretaria, em endereço do Município de Vargem/SP, de forma parcelada.

O pagamento será realizado mediante a emissão e entrega da Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente, juntamente de relatório atestando a efetiva prestação dos serviços, observando-se ainda o cumprimento integral das disposições contidas neste processo.

O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento total, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o pagamento será efetuado no prazo de até 28 (vinte e oito) dias para fins de liquidação.

## XI – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção será feita com base no tipo menor preço, onde a proposta mais vantajosa para a Administração tem base no menor preço global licitado, considerando as indicações feitas neste termo.



## Prefeitura do Município de Vargem

CPOS/CDH

## XII – PLANILHA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Obra	Bance	os B.D.I.
MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS.	SINAP 12/202 São Pi SBC - 01/202 São Pi SICRO 10/202 São Pi ORSE 11/202 Sergip SETOI 10/202 Minas Gerais IOPES 10/202 Espírit Santo SIURE 07/202 São Pi SIURE 1NFRA 07/202 São Pi SUDE 10/202 Minas Gerais	24 - aulo 25 - aulo 23 - 24 - aulo - 24 - aulo - 24 - ae - 24 - ae - 24 - aulo 3 - 24 - aulo 3 - 24 - aulo 3 - 24 -

Encargos
Sociais
Desonerado:
embutido nos
preços unitário
dos insumos de
mão de obra, de
acordo com as
bases.



## Prefeitura do Município de Vargem

U - 01/2025

- São Paulo

FDE -

10/2024 -

São Paulo

EMOP -

12/2024 -

Rio de

Janeiro

**DERPR** -

04/2024 -

Paraná

SCO -

12/2024 -

Rio de

Janeiro

**Orçamento Sintético** 

Organicito Officialo									
Ite	Código	Banc	Descrição	Un	Quan	Valor	Valor	Total	Pes
m		0		d	t.	Unit	Unit com BDI		o (%)
1			MÃO-DE-OBRA		1		856.435,96	856.435,96	25,3 4 %
1.1	039	Própri o	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	Mês	12	4.782,52	5.974,32 (BDI 24,92%)	71.691,84	2,12 %
1.2	040	Própri o	EXECUÇÃO DE MODERNIZAÇÃO/EXPANSÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM POSTES ACIMA DE 12M, COM VEÍCULO, COM MOTORISTA OPERADOR/AJUDANTE E ELETRICISTA EM DIAS NORMAIS	HR	1300	145,71	182,02 (BDI 24,92%)	236.626,00	7,00 %
1.3	041	Própri o	EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM POSTES ACIMA DE 12M, COM VEÍCULO, COM MOTORISTA OPERADOR/AJUDANTE E ELETRICISTA EM DIAS NORMAIS	MÊ S	12	26.533,9 9	33.146,26 (BDI 24,92%)	397.755,12	11,7 7 %
1.4	10681	ORSE	Travessia método não destrutivo para tubo de 150mm	m	100	1.203,68	1.503,63 (BDI 24,92%)	150.363,00	4,45 %



## Prefeitura do Município de Vargem

2	W.		MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO - SINAPI INSUMO/ORSE		1		2.523.339, 37	2.523.339, 37	74,6 6 %
2.1	00002510	SINA PI	RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE	UN	2080	35,46	40,87 (BDI 15,28%)	85.009,60	2,52
2.2	00020111	SINA PI	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	100	22,49	25,92 (BDI 15,28%)	2.592,00	0,08
2.3	00000404	SINA PI	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSAO), LARGURA DE 19 MM	M	21	3,06	3,52 (BDI 15,28%)	73,92	0,00
2.4	00000429	SINA PI	PARAFUSO M16 EM ACO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 300 MM, DIAMETRO = 16 MM, ROSCA DUPLA	UN	1360	21,45	24,72 (BDI 15,28%)	33.619,20	0,99
2.5	00039257	SINA PI	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	2180	5,47	6,30 (BDI 15,28%)	13.734,00	0,41
2.6	3818	ORSE	Cabo de cobre isolado EPR ou XLPE), 6,0mm², 0,6/1kv / 90° C	m	10500	6,29	7,25 (BDI 15,28%)	76.125,00	2,25
2.7	10255	ORSE	Conector elétrico p/fio 1,5mm2	un	7275	0,75	0,86 (BDI 15,28%)	6.256,50	0,19
2.8	2637	ORSE	Conector perfuração 25-95/2 95 mm	un	4410	9,90	11,41 (BDI 15,28%)	50.318,10	1,49
2.9	13814	ORSE	Braço Curvo em Aço Galvanizado a Fogo, com sapata de 48x1500mm DI ou similar	un	680	195,72	225,62 (BDI 15,28%)	153.421,60	4,54 %
2.10	13801	ORSE	Braço Curvo em Aço Galvanizado a Fogo, com sapata de 48x3000mm DI ou similar	un	120	378,68	436,54 (BDI 15,28%)	52.384,80	1,55 %
2.11	14118	ORSE	Luminaria em LED p/ iluminação pública LED SMD AUTOVOLT 50 W, 5.000 K, IP-66,IRC 70, FP>0,95, 160lm/w,8.000 lm e 54.000h, com base para Relé 7 PINOS, Dimerizável, modelo GL421 G-Light ou similar	un	200	691,36	796,99 (BDI 15,28%)	159.398,00	4,72 %



## Prefeitura do Município de Vargem

ARGE									
2.12	14120	ORSE	AUTOVOLT 100 W, 5.000 K, IP-66, IRC 70, FP>0,95, 170lm/w,16.0000 lm e 54.000h, com base para Relé 7 PINOS, Dimerizável, modelo GL421 G-Light ou similar	un		1.051,08	(BDI 15,28%)	363.504,00	10,7 6 %
2.13	14121	ORSE	Luminaria em LED p/ iluminação pública LED SMD AUTOVOLT 150 W, 5.000 K, IP-66, IRC 70, FP>0,95, 160lm/w,24.0000 lm e 54.000h, com base para Relé 7 PINOS, Dimerizável, modelo GL421 G-Light ou similar	un	700	1.259,90	1.452,41 (BDI 15,28%)	1.016.687, 00	30,0 8 %
2.14	14204	ORSE	Luminaria em LED p/ iluminação pública LED VDR IV, 180 W, 5000 K, IP-66, IRC>70, FP>0,97, 154lm/W, Fluxo de 27.745lm, relé para 7 pinos, Insight LED ou similar	un	100	1.850,64	2.133,41 (BDI 15,28%)	213.341,00	6,31 %
2.15	8514	ORSE	Lâmpada vapor metálico de 70 w	un	100	47,10	54,29 (BDI 15,28%)	5.429,00	0,16
2.16	3956	ORSE	Lâmpada vapor metálico de 150 w	un	50	50,30	57,98 (BDI 15,28%)	2.899,00	0,09
2.17	3958	ORSE	Lâmpada vapor metálico de 250 w	un	50	41,70	48,07 (BDI 15,28%)	2.403,50	0,07
2.18	2571	ORSE	Lâmpada vapor metálico 400w	un	20	106,50	122,77 (BDI 15,28%)	2.455,40	0,07 %
2.19	3960	ORSE	Reator para lâmpada vapor metálico de 75 w	un	50	95,50	110,09 (BDI 15,28%)	5.504,50	0,16 %
2.20	3961	ORSE	Reator para lâmpada vapor metálico de 150 w	un	25	89,45	103,11 (BDI 15,28%)	2.577,75	0,08
2.21	3959	ORSE	Reator para lâmpada vapor metálico de 250 w	un	25	131,40	151,47 (BDI 15,28%)	3.786,75	0,11
2.22	2570	ORSE	Reator para lâmpada vapor metálico 400w	un	25	162,00	186,75 (BDI 15,28%)	4.668,75	0,14



## Prefeitura do Município de Vargem

	ARGE									
2.	23	00039380/SINA PI	ORSE	Base para rele com suporte metalico	un	100	20,28	23,37 (BDI 15,28%)	2.337,00	0,07
2.	24	00014163/SINA PI	ORSE	Poste conico continuo em aco galvanizado, curvo, braco duplo, flangeado, h = 9 m, diametro inferior = *135* mm	un	100	2.087,14	2.406,05 (BDI 15,28%)	240.605,00	7,12
2.	25	14142	ORSE	Suporte de fixação em aço galvanizado a fogo, para luminária pública de 02 pétalas, encaixe em poste com topo de Ø de 48mm/60,3mm, encaixe da luminária deØ de 48mm/60,3mm.	Un	100	210,00	242,08 (BDI 15,28%)	24.208,00	0,72

Total sem BDI 2.874.565,48

Total do BDI 505.209,85

Total Geral 3.379.775,33

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

Natalino A. B. de Oliveira





Depto. de Compras e Licitações

#### XIII - DO PRAZO:

A vigência desta ata será de até 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, conforme legislação aplicável.

#### XIV - DA GARANTIA

O serviço deverá guardar garantia de excelência e os materiais deverão guardar uma garantia de 5 (cinco) anos, conforme termos do ordenamento jurídico, com responsabilização pessoal em caso de vícios.

### XV – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa em tela será alocada em dotação orçamentária conforme segue:

Obras: 08.01.15.452.0028.2.024.339030.01.1100000

Vargem, 14 de fevereiro de 2025.

Natalino Aparecido Balduino de Oliveira Secretário de Obras e Serviços

Depto. de Compras e Licitações

#### **ANEXO II - MINUTA DE PROPOSTA DE PREÇO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2025

002550 7 101 11115 111 (111 0 11 005) 2025		
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:		
ENDEREÇO:		
CNPJ:	TELEFONE:	
I.E.:	E-MAIL:	
DADOS BANCÁRIOS DA PROPONENTE:		
DATA: / /		

Obs.: Adverte-se que a simples apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação da licitante neste certame, ou de que a mesma não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Item	Unidade Medida	Quantidade	Marca	Preço Unitário	Preço Total
01					
Descrição					

VALOR TOTAL (Também por extenso): \_\_\_\_\_

- 1 Validade da proposta: 90 (noventa) dias;
- 2 Vigência da ata de registro de preços: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura;
- **3** Prazo para início dos serviços: deverá ser em até 07 (sete) dias corridos a partir da Ordem de Fornecimento, de acordo com a necessidade da Secretaria Solicitante, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) e respectiva Nota de Empenho;
- **4** Local dos serviços: Conforme endereço relacionado no Anexo I Termo de Referência, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguro, transporte, montagem, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes.
- **5** Declaramos que esta empresa concorda que, caso execução dos serviços não sejam feitas de acordo com a especificação solicitada, a remessa será devolvida pela Contratante, cabendo à Contratada a reposição do objeto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;
- **6** Declaramos que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Anexo I (Termo de Referência);
- **7** Declaramos que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;
- **8** Declaramos que esta empresa não se encontra impedida e/ou suspensa de licitar e contratar com o Município de Vargem/SP, bem como não se encontra inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública (artigo 87, inciso IV, Lei 8.666/93 e Súmula 51 TCE/SP), bem como se obriga a declarar superveniência de fato impeditivo da habilitação ou redução na sua capacidade financeira que venha a afetar as exigências contidas no edital.

NOME DO REPRESENTANTE:	
RG:	
CPF:	
E-MAIL PESSOAL:	
CARGO:	
ASSINATURA DO REPRESENTANTE:	

Rua Geraldino de Oliveira, 236, Centro, CEP 12935-000, Vargem/ SP Fone (11) 4598-3000 - email: compras@vargem.sp.gov.br

Depto. de Compras e Licitações

## ANEXO III - MINUTA DE HABILITAÇÃO PRÉVIA E DE NÃO OCORRÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2025 OBJETO: REGISTRO DE PRECOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AS SUBSTITUIÇÕES E REPAROS NO MUNICÍPIO DE VARGEM/SP. (nome do licitante), por seu representante legal (doc. Anexo), inscrita no CNPJ , com sede , nos termos do artigo 63º, I, da Lei 14.133/2021, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos no edital e que inexiste fato impeditivo para sua habilitação no Processo Licitatório em epigrafe e que está ciente da obrigatoriedade em declarar ocorrências posteriores. Sendo expressão da verdade, subscrevo-me. Local e data.

Assinatura (representante legal) Nome do Licitante

Depto. de Compras e Licitações

#### **ANEXO IV - MINUTA DE CREDENCIAMENTO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2025

DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, C	,				,
REPAROS NO MUNICÍPIO DE	5			<b>,</b> -	
Através do presente, credence identidade Município de Vargem/SP, em de REPRESENTANTE LEGAL, bem como formular proposta atos inerentes ao certame, a	e CPFe CPFe cepecifico ao PREGÃO 013 outorgando-lhe poderes pas, ofertar lances, recorrer,	, a participar 2/2025 referente ao Proc ara pronunciar-se em nor renunciar, firmar contrat	r da Licitação esso 063/202 ne da empre	instaurada 25, na qualio esa_	pelo dade , mais
	Assinatura (representante	e legal) Nome do Licitante	3		

Depto. de Compras e Licitações

#### **ANEXO V - TERMO DE COMPROMETIMENTO - LEI 123/06**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AS SUBSTITUIÇÕES E REPAROS NO MUNICÍPIO DE VARGEM/SP.

	ejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a ação da pessoa jurídica), CNPJ é
previsto na Lei Complementar nº 123, d não se inclui dentre as hipóteses previst a exercer o direito de preferência com	rte ou Microempreendedor Individual, nos termos do enquadramento e 14 de dezembro de 2006, e declara que a empresa acima nominada as no parágrafo 4º do Art. 3º da referida Lei, estando apta, portanto, no critério de desempate no procedimento licitatório do PREGÃO nº critério do Nargara (CR).
012/2025, realizado pela Prefeitura doM	unicipio de Vargem/SP. Local e data.
Assinatura	a (representante legal) Nome do Licitante

Depto. de Compras e Licitações

### ANEXO VI - MINUTA DE DECLARAÇÃO DO ARTIGO 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AS SUBSTITUIÇÕES E REPAROS NO MUNICÍPIO DE VARGEM/SP.

DECLARAMOS, em atendimento ao previsto no Edital de 012/2025 e em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregados (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menor (es) de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, apartir de 14 (quatorze) anos.

Local e data.

Assinatura (representante legal) Nome o	lo Licitante

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM Depto. de Compras e Licitações

## ANEXO VII - MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PUBLICO NOS QUADROS **DA EMPRESA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2025	
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM INSTALAÇÃO E FORNECI REPAROS NO MUNICÍPIO DE VARGEM/SP.	•
A empresa, portadora representante legal, declara sob as penas da Lei, que at funcional e/ou societário, servidor público ou dirigente de icitação. Por ser verdade, firmo o presente.	é a presente data, que, não possui em seu quadro
Por ser verdade, filmo o presente.	Local e data
Assinatura (representante l	egal) Nome do Licitante

Depto. de Compras e Licitações

## ANEXO VIII - MINUTA DE DECLARAÇÃO DE DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DE ARP/CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AS SUBSTITUIÇÕES E REPAROS NO MUNICÍPIO DE VARGEM/SP.

A empresa	, portadora do CNPJ,	através de seu
representante legal, vem respeitosamente ar	· ·	
Registro de Preços e/ou Contrato, em conform	nidade com a Resolução nº 03/2017 do TCE-	-SP, sendo:
Nome:	_: _:	
Cargo:		
CPF:		
RG:		
Data de Nascimento:/		
Endereço Residencial Completo:	,	
E-mail institucional:	,	
E-mail pessoal:		
Telefone(s)	,	
Assinatura:		
Por ser verdade, firmo o presente.		
		Local e data.
<del></del>	<del></del>	
Assinatura (repre	esentante legal) Nome do Licitante	

Rua Geraldino de Oliveira, 236, Centro, CEP 12935-000, Vargem/ SP Fone (11) 4598-3000 - email: compras@vargem.sp.gov.br



Depto. de Compras e Licitações

## ANEXO IX - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PRECOS XXX/2025

		3 1	
PROCESSO ADMINISTRATIVO	063/2025	PREGÃO	012/2025
Aosdias do mês de	de 2025, a	autorizada pelo proce	sso de PREGÃO 012/2025, i
lavrada a presente Ata de Registro de	Preços para cont	ratação de empresa e	specializada para manutenç
de iluminação pública, com instalação e	e fornecimento de r	nateriais para as subst	ituições e reparos no Municíp
de Vargem/SP, requisitados através do	processo no 063/20	)25, de acordo com o	disposto na Seção V da Lei
14.133/2021 e Decreto Municipal 2.3	•	•	•
adiante estipuladas, regem o relaciona	_		•
1. Consideram-se registrados, par			de empresa especializada pa
manutenção de iluminação pública, cor	_	· · ·	·
no Município de Vargem/SP, requisi	-		•
estabelecido à		•	•
Estado de, inscrito no CN			
estado de, inscrito no erv	, u	e deordo com a tabele	abaixo.
Item Unidade Medida	Quantidade	Marca Preco	Jnitário Preço Total
01	Qualitidade	iriaica riego	Silitario Frego rotar
Descrição			

- **2.** O Termo de Referência segue como Anexo "I" desta Ata de Registro de Preços, sendo parte integrante deste documento.
- **3.** Havendo interesse, a Prefeitura convocará o Fornecedor para a assinatura do contrato ou retirar instrumento equivalente (Ordem de Fornecimento) e entrega do(s) item(ns) que se sagrou vencedor, nos termos do Edital;
- **4.** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, a ser formalizada com observância das disposições do Decreto Municipal nº 2.370 de janeiro de 2024 e suas alterações, e da Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber;
- **5.** Prazo dos serviços: de acordo com o Anexo I Termo de Referência;
- **6.** Local dos serviços: Conforme endereço relacionado no Anexo I Termo de Referência, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguro, transporte, montagem, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes;
- a) Se houver alteração no endereço da execução dos serviços antes da expedição da Ordem de Fornecimento, a empresa deverá executar os serviços, no endereço indicado pela Secretaria requisitante;
- **7.** O fornecedor obriga-se a fornecer os serviços em estrita conformidade com o objeto licitado, obrigandose ainda a substituí-los, se necessário, num prazo de 48 (quarenta e oito) horas;
- **8.** Condições de pagamento: Pela execução dos serviços, a prefeitura efetuará o pagamento ao fornecedor em até 28 (vinte e oito) dias corridos após o aceite da nota fiscal;
- **9.** As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta de recursos próprios do orçamento vigente alocados sob as dotações orçamentárias do orçamento municipal, as quais serão indicadas no momento da eventual contratação.
- **10.** As contratações advindas deste registro de preços serão regidas pelas disposições da Lei 14.133/2021, e Decreto Municipal 2.370 de 19 de janeiro de 2024.



Depto. de Compras e Licitações

- **11.** Este registro de preços não obriga a prefeitura a firmar contratações com o fornecedor, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições.
- **12.** O descumprimento do presente, assim como a inexecução total ou parcial do contrato/Ata, sujeitará o fornecedor às penalidades constantes do Edital de Pregão 012/2025 e legislação aplicável.
- **13.** O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da PREFEITURA e nas hipóteses dos artigos 137, 138 e 139 da Lei 14.133/2021, ou a pedido justificado do FORNECEDOR.
- **14.** O fornecedor deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PREGÃO 012/2025.
- **15.** As questões oriundas deste termo e dos contratos ou pedidos de fornecimento serão dirimidos no Foro da Comarca de Bragança Paulista/SP.

16. Fica designado (a) como Pregoeiro o (a) Senhor (a)	que será responsável por tomar
decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao proced	limento licitatório e executar quaisquer
outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a seguintes da Lei nº 14.133/2021;	homologação nos termos do artigo 8 e

Fica designado (a) como Fiscal do Contrato o (a) Senhor (a) \_\_\_\_\_\_, fiscalização da execução do contrato, nos termos do Art. 107 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**17.** Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinado pelas partes.

Prefeitura do Município de Vargem Cnpj: 67.160.507/0001-83

Leodécio Alves de Lima CPF: 297.749.628-93

Testemunhas:	
1)	2)

Depto. de Compras e Licitações

#### **ANEXO X - MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO	XXX/2025,	QUE	ENTRE	SI	FAZEM	A PREFE	ITURA	DO	MUN	VICIPIO	DE	VARGEM/SP	Е	Α
EMPRESA					, AD	OTANDO	SE O	REGII	ME D	A LEI N	l. 14.	133/2021.		
PREGÃO PRI PROCESSO A				2025	5									
do Municípi o n. 67.160. Senhor Leod CEP xxxx, ir representada	o, estabeleo .507/0001-8 décio Alves d nscrita no Cl a por seu So . 063/2025,	cido na 3, dora le Lima NPJ so ócio-Ga refer	a Rua Gavante de a, e a em b o n. 0 erente, Sente ao	eralenor pre 0.00 enh Pre	dino de ( minado C sa XXXX) 00.000/00 or XXXX) egão Pre	Oliveira, ONTRATA XXXXXX, ( 000-00, ( XXXX, res	236, Co ANTE, r estabel doravar solvem	entro neste ecida nte de celeb	, Var ato r na _ enom rar es	rgem/SI represei inada ( ste cont	o, insolution in the contraction	édio das Secr scrito no CN o por seu Pre RATADA, ne em decorrên a)/ratificado(a	PJ sefeito, ste a	ob , o , ato do
DO	OS DOCUME	NTOS												

Cláusula primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

Fica o presente Contrato vinculado aos Termos do Edital.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para manutenção de iluminação pública, com instalação e fornecimento de materiais para as substituições e reparos no Município de Vargem/SP, para execução no regime de Menor Preço Global, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.

- § 1º Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, transporte, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.
- § 2º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.
  - § 3º O regime de execução do presente contrato é o de Menor Preço por Item.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/ENTREGA DOS PRODUTOS

Cláusula terceira. Os serviços deverão ser executados de acordo com as condições contidas no Processo n. 063/2025 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.



Depto. de Compras e Licitações

- § 1º A CONTRATADA deve entrar em contato com a Secretaria Requisitante após a assinatura deste Contrato/Ata para que, juntas, decidam as providências que deverão ser tomadas, no sentido de evitar transtornos durante a execução dos serviços, objeto deste contrato.
- § 2º A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.
- § 3º A prestação dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento.
- § 4º A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular a execução dos serviços, se, após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE.

#### DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor ou fiscal;

- § 1º A forma de comunicação entre o gestor ou fiscal do Município de Vargem e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente por escrito, admitindo-se uso de mensagem eletrônica para esse fim;
  - § 2º São competências do Fiscal Técnico:
- I zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos servicos fornecidos e dos servicos prestados ao Município;
- II- verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
  - acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, de acordo com o objeto contratado; e
- IV indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.
- § 3º O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares para melhor acompanhamento de questões relacionadas ao contrato;
- § 4º A fiscalização do CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato;
- § 5º A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.
- § 6º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

## DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

- I promover condições para a execução dos serviços, objeto deste Contrato/Ata;
- II assegurar o livre acesso às áreas envolvidas no serviço, de pessoas credenciadas pela CONTRATADA para a sua execução, prestando-lhes esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;



Depto. de Compras e Licitações

- III empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;
- IV fiscalizar a execução dos serviços, por meio da Secretaria requisitante comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;
- v publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário oficial do Município, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do Município de Vargem, veiculado no site do Município no endereço www.vargem.sp.gov.br;
  - vi controlar e acompanhar toda a execução do contrato; e
  - vII designar gestor operacional para acompanhamento deste contrato;

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

- I contatar com a Secretaria requisitante, antes de iniciar as entregas, no sentido de acertar os detalhes de entrega, evitando transtornos durante sua prestação;
  - II executar os serviços/entrega dos produtos nas condições estabelecidas neste contrato e;
- III providenciar a troca, por sua conta, do produto não aceito pela fiscalização;
- IV cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, incluindo o uso de uniforme e crachá de identificação;
- v facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços realizadas pelo CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
  - VI respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;
- VII não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, do CONTRATANTE;
- VIII comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução dos servicos;
- IX assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como por quaisquer danos decorrentes da execução dos serviços, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros; e
- x manter, durante toda a execução do Contrato/Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- $_{
  m XI}$  a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
  - XII Não poderá haver subcontratação (Art. 122 da Lei 14.133/21).

#### DO CRÉDITO

Cláusula sétima. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária para o exercício de 2025.

Parágrafo único. A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato para o exercício de 2025 constará da proposta de Lei Orçamentária Anual do(s) referido(s) exercício(s) financeiro(s).

DO PAGAMENTO

Depto. de Compras e Licitações

Cláusula oitava. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA as importância de R\$ XXXXXX,XX 

Item	Descrição	Valor total (R\$)
1.	xxxxxxx	

- § 1º As condições para que ocorra o pagamento são as seguintes:
- I a CONTRATADA deverá protocolar pedido de liberação do pagamento, acompanhado de comprovantes de execução dos serviços, no endereço eletrônico compras@vargem.sp.gov.br;
  - II caberá a fiscalização do CONTRATANTE proceder à análise e parecer favorável ao pagamento;
- III a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal somente quando solicitada pela Secretaria requisitante;
- IV a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação, dentro do seu prazo de validade;
  - a) comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;
  - b)comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual;
  - c)comprovante da regularidade para com a Fazenda Municipal;
  - d)comprovante da regularidade para com o FGTS; e
  - e)comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

#### v – os comprovantes de regularidade:

a)somente serão aceitos com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;
b)serão substituídos por documento emitido pela Secretaria requisitante caso a CONTRATADA possua cadastro com o CONTRATANTE (com as certidões dentro do prazo de validade);

- no caso de isenção do ICMS, a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal com o valor bruto da operação. Deverá inserir, após, o valor do desconto, para que o valor líquido constante da Nota Fiscal corresponda ao valor de sua proposta bem como do empenho.
  - a)o contribuinte estiver no Simples Nacional;
  - b)na saída de mercadorias ou bens sujeitas ao regime de substituição tributária; ou
- a CONTRATADA deverá destacar nas notas fiscais as deducões relativas aos impostos previstos em Lei. As retenções serão feitas no pagamento.
  - § 2º Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:
- I será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória; e, concomitantemente;
  - II será realizado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias, na forma da lei.
- § 3º Verificando-se a existência de responsabilidade subsidiária ou solidária por parte do CONTRATANTE em relação a algum débito previdenciário ou trabalhista da CONTRATADA, a fim de garantir o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração em decorrência da citada responsabilidade, o CONTRATANTE se reserva o direito de reter o valor correspondente quando da liberação do pagamento.
- § 4º O CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento em até 28 (vinte e oito) dias corridos a partir da apresentação da nota fiscal à Secretaria requisitante e após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.



Depto. de Compras e Licitações

- § 5º No caso do não pagamento da nota fiscal em até 28 (vinte e oito) dias corridos, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, será efetuada a atualização monetária do 29º (vigésimo nono) dia até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributária.
- § 6º Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão conter o mesmo CNPJ constante na proposta que originou este contrato.

#### DO REAJUSTE

Cláusula nona. Mediante expresso pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IGP - DI (Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna — menos 1 (um) mês), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas — FGV, observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano.

- § 1º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela CONTRATADA antes:
- I do advento da data base referente ao reajuste subsequente;
- II da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;
- III do encerramento do contrato.
- § 2º O prazo previsto no caput somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.
- § A possibilidade de reajuste e repactuação terão periodicidade mínima de 1 ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta ou o orçamento a que se referir.
- § A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feito pelo Contratado.
- § A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo para responder eventuais pedidos de repactuação de preços feito pelo Contratado.

## DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula décima. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Vargem e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

- § 1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, qual seja dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
  - § 2º A CONTRATADA estará sujeita às seguintes multas:
- I Multa de mora de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso na entrega do objeto deste contrato, até o 10º (décimo) dia de atraso sobre o valor do objeto não executado;
- II Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto pela inexecução parcial ou total, quando o atraso for superior a 10 (dez) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;
- III Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, no caso da adjudicatária, desistir do mesmo ou causar sua rescisão, ou ainda quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo



Depto. de Compras e Licitações

- máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;
- § 3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.
- § 4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- § 5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.
- § 6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme índice utilizado pela Corregedoria-Geral da Justiça, sem aplicação de juros de mora.
- § 7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:
- I as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e
- II na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança,
   o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.
- § 8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Vargem será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:
- I dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - II dar causa à inexecução total do contrato;
- III não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - III ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- IV não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços/produtos recusados pelo CONTRATANTE; e/ou
  - V descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.
- § 9º. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:
- I apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - II- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - III comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de gualquer natureza;
  - IV praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - v- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.
- § 10. É admitida a reabilitação do contratado perante o Município, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:



Depto. de Compras e Licitações

- I reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II- pagamento da multa;
- III transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
  - IV cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
  - v- análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.
- § 11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- § 12. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.
- § 13. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.
- § 14. Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE.

#### DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima primeira. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

- I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- § 1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
- I não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais,
   de especificações, de projetos ou de prazos;
- II- desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
  - v- caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VII razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- § 2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

Depto. de Compras e Licitações

- § 3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.
- § 4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.
- § 5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

#### DOS ENCARGOS

Cláusula décima segunda. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

#### DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima terceira. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

#### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula décima quarta. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### DOS PRAZOS/REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Cláusula décima quinta. Este contrato terá os seguintes prazos:

- I − A vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 e seguintes da Lei 14.133/2021 e alterações.
- II A parte contratada deverá exercer atividade econômica compatível com o objeto deste termo de referência, possuir toda documentação de habilitação e afins que a lei exige, inclusive certidões negativas;
- III A Equipe de Apoio deverá ser disponibilizada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da Ordem de Fornecimento;
- IV Deverá manter a boa-fé que se espera de uma relação comercial, bem como fazer as entregas no loca a ser indicado.

#### DA PUBLICAÇÃO

Cláusula décima sexta. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no Diário Oficial do Município, na página do sítio eletrônico do Município www.vargem.sp.gov.br nos termos do art. 174 da Lei n. 14.133/2021, considerando a não implantação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia a ampla publicidade.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM Depto. de Compras e Licitações

DO FORO

Cláusula décima sétima. Fica eleito o Foro da Comarca de Bragança Paulista, com renúncia expressa qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste entrato.
Fica designado (a) como Pregoeiro o (a) Senhor (a), que será responsável por toma ecisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisque atras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação nos termos do artigo 8 eguintes da Lei nº 14.133/2021;
Fica designado (a) como Fiscal do Contrato o (a) Senhor (a), fiscalização da execução contrato, nos termos do Art. 107 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
O modelo de Gestão de Contrato observados os requisitos em regulamento encontra-se no Item IX Anexo I – Termo de Referência.
E por assim estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias e igual teor e forma, para um só efeito.
LOCAL E DATA
LEODÉCIO ALVES DE LIMA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM/SP CNPJ 67.160.507/0001-83 ELA CONTRATADA:
Sr. (a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ome:  PF:  Nome:  CPF:



Nome: \_ Cargo: \_

### PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM

Depto. de Compras e Licitações

### **ANEXO XI - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO**

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)
CONTRATANTE:
CONTRATADO:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
OBJETO: REGISTRO DE PRÉÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AS SUBSTITUIÇÕES E REPAROS NO MUNICÍPIO DE VARGEM/SP.
Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados: <b>1.</b> Estamos CIENTES de que:
a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
d) as informações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº. 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
<ul> <li>Damo-nos por NOTIFICADOS para:</li> <li>a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;</li> </ul>
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.
LOCAIS E DADOS:
AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome:
Cargo:
CPF:
DE LICITAÇÃO:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:

Rua Geraldino de Oliveira, 236, Centro, CEP 12935-000, Vargem/ SP Fone (11) 4598-3000 - email: compras@vargem.sp.gov.br



Depto. de Compras e Licitações

ART
CPF:
Assinatura:
<u>Pela contratada</u> :
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
<u>ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE</u> :
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:
DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):
Tipo de ato sob sua responsabilidade:
Nome:
Cargo:
CPF:
Assinatura:

<sup>(\*) -</sup> O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas fisicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).

RISCO 01

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM

Depto. de Compras e Licitações

#### **ANEXO XII – MATRIZ DE RISCO**

#### **ANÁLISE DE RISCO**

Tendo em vista que o pagamento será efetuado após a entrega dos serviços, caso a empresa vencedora não realize os serviços, o pagamento não será efetuado e até mesmo será penalizada. Não há risco propriamente ditos em desfavor ao Município.

FASE DE ANÁLISE: Planejamento da contrataçã	o e seleção do fornecedor				
RISCO 01: Empresa vencedora não estiver com as certidões válidas					
Probabilidade	(X)Baixa ()Média ()Alta				
Impacto	() Baixa (X) Média () Alta				
Dano: Atraso na efetivação da contratação					
Ação: Contratar a segunda colocada					
RISCO 02					
FASE DE ANÁLISE: Planejamento da contratação e seleção do fornecedor					
RISCO 02: Licitação deserta ou fracassada					
Probabilidade	(X)Baixa ()Média ()Alta				
Impacto	() Baixa () Média (X) Alta				
Dano: Não contratação dos Serviços					
Ação: Penalização contra a empresa contratada e não realizar o pagamento					
RISCO 03					
RISCO 03  FASE DE ANÁLISE: Planejamento da contrataçã	o e seleção do fornecedor				
	-				
FASE DE ANÁLISE: Planejamento da contrataçã	-				
FASE DE ANÁLISE: Planejamento da contrataçã RISCO 03: Má qualidade na prestação do serviço	)				
FASE DE ANÁLISE: Planejamento da contrataçã RISCO 03: Má qualidade na prestação do serviço Probabilidade	( ) Baixa ( X ) Média ( ) Alta				

Natalino Aparecido Balduino de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde

# \*\*\*

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM

Depto. de Compras e Licitações

#### ANEXO XIII - PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AS SUBSTITUIÇÕES E REPAROS NO MUNICÍPIO DE VARGEM/SP.

A Empresa		nessoa jurídica	de direito privado insc	rita no
CNPJ/000, i	instituída em / /	com sede na Rua	. No	
identidade	expedida por/	e CPF nº	em cumprimento	ao art.
63, § 1° da Lei 14.133/202				
para atendimento dos direi	tos trabalhistas assegurad	os na Constituição Fed	eral, nas leis trabalhist	as, nas
normas infralegais, nas conv	venções coletivas de trabal	lho e nos termos de aju	ustamento de conduta v	igentes
na data de entrega das prop	ostas.			
	Administrada	r da Licitanto		
	Administrado	i ua liulalile		